



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 25/23

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Municipal nº 10.975, de 17 de abril de 1991, que dispõe sobre a colocação de grades protetoras em volta de piscinas, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 11.228, de 25 de junho de 1992, que dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas em obras e edificações;
- Lei Municipal nº 13.993, de 10 de junho de 2005, que dispõe sobre a colocação de indicação de profundidade nas bordas das piscinas, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.059, de 13 de agosto de 2014, que institui a permanência de Salva-Vidas ou Guardião de Piscinas em piscinas de escolas e creches, centros educacionais e esportivos, balneários e similares da rede pública e privada;
- Lei Municipal nº 16.384, de 01 de fevereiro de 2016, que Institui o programa municipal de segurança aquática no município de São Paulo e dá outras providências;
- Decreto Municipal nº 50.225, de 14 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 13.993, de 10 de junho de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de indicação de profundidade nas bordas das piscinas; revoga o Decreto nº 45.255, de 8 de setembro de 2004;
- PL 50/14, que dispõe sobre a prevenção de acidentes em piscinas no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- PL 246/14, que dispõe sobre a instalação do dispositivo de segurança em área de piscina no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências;

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Juliana Trindade
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414